

PLENÁRIO

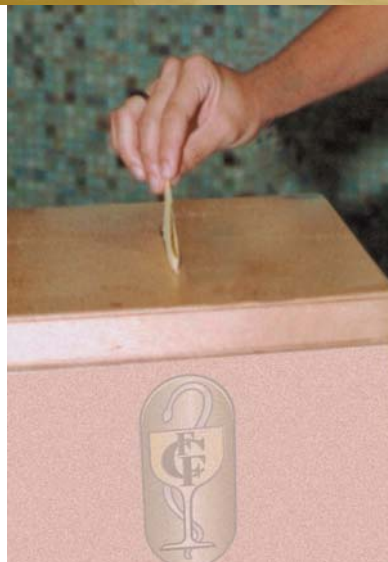
Conselheiros discutem eleição e Juramento do Farmacêutico



Os Conselheiros Federais de Farmácia decidiram, na Plenária de 21 e 22 de setembro de 2005, que as cédulas que serão utilizadas nas próximas eleições deverão ter cor branca, impressas em tinta preta e levarão a assinatura do representante eleitoral nomeado pelo Conselho Federal. Na mesma cédula, o eleitor vai

assinalar os nomes dos seus candidatos a Conselheiros Federal e Regional. Também, ficou acertado que os CRFs (Conselhos Regionais de Farmácia) devem enviar as cédulas eleitorais a todos os farmacêuticos dos Estados, inclusive os residentes na capital, e a apuração dos votos deverá começar, imediatamente após o encerramento da votação.

Juramento - Outra decisão do Plenário foi a abertura de consulta pública para a elaboração de uma nova redação do Juramento do Farmacêutico. A consulta estará disponível, por 60 dias, a partir de 28 de setembro, no *site* do CFF



(www.cff.org.br), onde será possível ao farmacêutico deixar a sua sugestão de um texto para o Juramento. As sugestões serão julgadas por uma Comissão especial, nomeada pelo Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos. A expectativa do órgão é que o texto vencedor consiga unir a tradição farmacêutica, as obrigações legais da profissão e um olhar atualizado e futurista sobre a Farmácia.

Biotecnologia é a saída para o Brasil criar medicamentos inovadores

Desde o século XIX, o País não desenvolve compostos químicos considerados revolucionários para a indústria farmacêutica mundial.

O Instituto Uniemp – Fórum Permanente nas Relações Universidade-Empresa, realizará, no dia cinco de outubro, em São Paulo, o seminário **A Revolução da Biotecnologia e a Inovação na Saúde**. O evento reunirá empresários do setor farmacêutico, pesquisadores e representantes do Governo, com o objetivo de mostrar que a biotecnologia pode ajudar a indústria nacional a dar um salto em desenvolvimento, deixando para trás mais de um século de “estagnação em inovação farmacêutica”. O seminário será realizado, no Hotel Jaraguá (Rua Martins Fontes, 72, Centro, São Paulo).

Segundo a Coordenadora do seminário, a médica Regina Scivoletto, Diretora da Agência de Gestão de Inovação Farmacêutica (AGIF), do Instituto Uniemp, “até hoje, a indústria brasileira desenvolveu apenas dois compostos químicos considerados revolucionários, ambos no século XIX”. De lá para cá, acrescenta Regina Scivoletto, todos os medicamentos lançados no mercado nacional foram cópias de fórmulas estrangeiras, incrementadas por algumas mudanças – a chamada inovação incremental. “O não reconhecimento de patentes (que fez parte da política industrial do setor até 1996), aliado ao distanciamento do meio acadêmico, acabou deixando as empresas resistentes à inovação”, denuncia.

Incorporar tecnologia - “As empresas nacionais passaram a sobreviver das fórmulas copiadas, no passado, de inovações incrementais e da venda de genéricos, mas esse caminho não está garantindo a competitividade do setor. É preciso inovar para competir no mercado glo-



bal”, alerta a Diretora da AGIF. Ela diz ainda que “a indústria farmacêutica nacional precisa incorporar tecnologia de ponta, a exemplo da biotecnologia, para conseguir acompanhar a evolução terapêutica e as necessidades mundiais do mercado”.

A biotecnologia, de acordo com Regina Scivoletto, é a aposta mundial da Farmacologia, à medida em que oferece perspectivas revolucionárias para o tratamento de doenças. A indústria nacional, em sua avaliação, tem chances de se inserir nessa onda de inovação farmacêutica. “A ciência brasileira avançou muito e está em condições de dar suporte às empresas”, afirma. Só entre 1998 e 2001, o número de trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros sobre biotecnologia, na área da saúde, saltou de 96 para 179.

Inovação - Segundo a Coordenadora da AGIF, o desenvolvimento de um fármaco inovador, que possibilite revolucionar o tratamento de alguma doença, leva, em média, sete anos de pesquisa. De acordo com a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), o custo de um projeto do gênero pode ultrapassar a casa dos US\$ 800 milhões. “O que poucas empresas se dão conta é que os centros de pesquisas brasileiros estão em condições de executar a parte mais complexa de uma pes-



quisa – que é o estudo das moléculas, o que possibilita diminuir significativamente esse custo”, ressalta.

Nesse tipo de pesquisa, um universo de 5 a 10 mil moléculas é estudado para que seja descoberto um único composto químico capaz de gerar um novo medicamento. Mas o investimento compensa. “As chances de sucesso mercadológico de um

medicamento efetivamente inovador, revolucionário, é de 70%, enquanto que um medicamento que sofreu mudanças incrementais não passa de 30%”, lembra.

Caminhos e Soluções - Regina Scivoletto salientou que o seminário pretende mostrar que a parceria universidade-empresa pode ajudar as empresas a criar medicamentos inovadores por um custo muito inferior ao que é divulgado pelas multinacionais.

O evento reunirá especialistas de renome em biotecnologia, do setor público e privado. O evento ocorrerá no Hotel Jaraguá (Rua Martins Fontes, 72, Centro, São Paulo). Mais informações podem ser obtidas pelo site <http://home.uniemp.org.br/>, pelo e-mail inovacao@uniemp.org.br e pelo telefone (11) 2178-0466.

Fonte: Acadêmica Agência de Comunicação
[academica@academicacom.com.br]

Saúde apresenta método de combate rápido ao *Aedes aegypti*

Os 170 maiores Municípios dos Estados suscetíveis a uma epidemia de dengue terão à disposição, a partir de outubro, uma nova metodologia para identificar as áreas de maior risco de proliferação do mosquito transmissor da doença. Trata-se do Levantamento Rápido de Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA), que permite identificar populações do mosquito com tempo hábil para que as prefeituras adotem medidas capazes de reduzi-las, antes do período mais crítico. Isso possibilitará a preparação adequada de cada município para que, no próximo verão, não ocorra uma epidemia.

Segundo o Secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, o LIRAA permite melhorar o foco de combate ao mosquito. “Se o Rio de Janeiro está com casos de dengue, é mais eficaz agir com rapidez em um bairro do que em toda uma cidade. Os trabalhos do LIRAA podem ser feitos em 48 ou 72 horas e seus resulta-

dos podem ser observados em uma semana”, explica Jarbas Barbosa.

De acordo com o Secretário, esse levantamento rápido permitirá às autoridades de cada Município se antecipar a uma possível epidemia de dengue. “O prefeito pode agir, fazer limpeza urbana, mobilizar escolas e agentes comunitários. E a própria população perceberá a importância de medidas simples, como colocar



areia no prato do vaso de plantas e tampar a caixa d’água. Isso nos possibilitará chegar, em janeiro, com a solução desses problemas e sem riscos de grandes epidemias, no próximo verão”, acrescenta o Secretário de Vigilância em Saúde.

Tailândia testa vacina contra dengue

A dengue pode estar com os dias contados, depois anúncio de criação da vacina, eficiente contra as quatro cepas do vírus causador da doença, que poderá chegar ao mercado, em três anos, segundo o jornal tailandês “The Nation”. Os testes estão sendo realizados na província de Ratchaburi, na Tailândia.

Segundo Suthee Yoksan, Diretor de pesquisas do Centro de Desenvolvimento de Vacinas da Uni-



versidade Mahidol, em Bangcoc, capital da Tailândia, a vacina desenvolvida em laboratório não tem efeitos colaterais. “Temos os conhecimentos e a tecnologia. Uma vez que tenhamos os resultados destes testes nos pacientes, a vacina será levada à população”, afirma.

Fonte: “Jornal do Commercio”
/Rio de Janeiro, <http://www.jornaldocomercio.com.br/#>, em 06/09/2005.

CCJ da Câmara aprova Lei de gastos em saúde



A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar que irá definir os gastos públicos em saúde. A regulamentação vem auxiliar a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que estabeleceu a obrigatoriedade dos gastos em serviços de saúde vinculados à arrecadação de Estados e Municípios. Os entes federados devem aplicar respectivamente 12% e 15% de seus recursos na área.

A Lei, no entanto, precisava de regulamentação posterior, pois não definia quais investimentos são relativos à saúde, ou seja, abria uma brecha legal para essas aplicações. O Projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Roberto Gouveia (PT-SP), já havia sido aprovado nas Comissões de Orçamento e de Seguridade.

Neste ano, somente cinco Estados entregaram as suas contas para o Siops (Sistema de Informações sobre Investimentos Públicos em Saúde). São eles: Alagoas, Mato Grosso, Minas Gerais, Roraima e São Paulo. A aprovação do Projeto de Lei Complementar, que, agora, segue para votação em Plenário, permitirá que se fiscalize as contas dos gestores e se utilize a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Farmacopéia Brasileira tem reconhecimento internacional



Farmacêutico Celso Bittencourt, Presidente da Farmacopéia Brasileira

A Farmacopéia Brasileira recebeu o *status* de **Observadora** da Farmacopéia Européia. Nesse processo de qualificação, foram avaliadas as diversas atividades do órgão, ao longo dos anos, assim como as informações pertinentes ao sistema de vigilância sanitária do País e sobre a indústria farmacêutica brasileira, que colaborou com o processo. O farmacêutico e professor universitário Celso Bittencourt é o Presidente da Farmacopéia Brasileira.



Assistência Farmacêutica no SUS



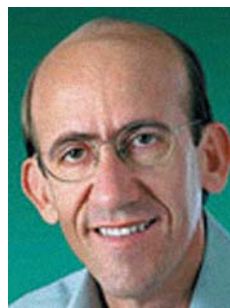
Como levar o conhecimento científico aos programas e serviços de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir a redução dos problemas frequentemente relacionados a medicamentos. Esses são os principais objetivos do edital de seleção lançado em conjunto pelos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

A chamada pública tem duas linhas de apoio: 1) *Organização, Gestão e Prática da Assistência Farmacêutica*, e 2) *Qualificação de Medicamentos: Processos e Produtos*. Serão financiados projetos de pesquisa que assegurem a busca de soluções para dificuldades do sistema, como: acesso da população a tratamentos adequados ou a recursos para aquisição de medicamentos; uso de insumos de

baixa qualidade, resultando em processos falhos de seleção, abastecimento e controle de qualidade; erros de dispensação e administração de medicamentos (maior ou menor dosagem, medicamento inadequado e falta de orientação quanto ao tratamento), resultando em baixa adesão, mau uso e pouca efetividade dos produtos utilizados.

No total, o Governo vai investir R\$ 4 milhões nos projetos de pesquisa selecionados. O prazo para envio das propostas termina, no dia 23 de outubro, e o anúncio dos projetos selecionados será feito, a partir do dia 31 de novembro. Maiores informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (www.cnpq.br).

Aprovado relatório de Rubens Otoni sobre carga de 30 horas para farmacêutico



Deputado Rubens Otoni,
Relator do Substitutivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos deputados aprovou, no dia 24 de agosto de 2005, o Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público ao Projeto de Lei 6459/02, que fixa em até 30 horas semanais a carga de trabalho dos farmacêuticos.

A aprovação seguiu recomendação do Relator, Deputado Rubens Otoni (PT-GO). O Substitutivo deixa de fixar o piso salarial da categoria, previsto em R\$ 1,5 mil, no Projeto Ivan Valente. Otoni acatou o argumento da Comissão, de que a melhor forma de definir o valor do piso é por meio de negociação coletiva.

Vigilância do Rio lança Programa de Farmacovigilância

O Centro de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro e a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz lançaram, no dia seis de setembro de 2005, no Auditório da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, o Programa de Farmacovigilância daquele Estado no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

A iniciativa faz parte de uma estratégia que tem por eixo operacional o processo de descentralização das ações de farmacovigilância. A Unidade de Farmacovigilância da Anvisa espera que com a criação de centros nesse sentido possam adequar as práticas de monitorização de reações adversas a medicamentos, no contexto de cada realidade institucional (Visas), contribuindo para a implantação do Sistema Nacional de Farmacovigilância.

Fonte: Informe SNVS/Anvisa/UFARM nº 5

DCB atualizada

Com a publicação da Resolução RDC número 235/2005, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou a primeira atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras 2004 (DCB



2004). Esse documento padroniza a nomenclatura e a tradução de termos relacionados a fármacos (princípio ativo) e excipientes, usados em medicamentos.

A primeira atualização da DCB 2004 foi realizada, a partir de solicitações de inclusão, alteração e exclusão de denominações, a maioria encaminhada por laboratórios farmacêuticos. A agência, também, revisou números CAS existentes na lista. O CAS é o código de registro, usado mundialmente como referência, atribuído às substâncias químicas pelo *Chemical Abstracts Service* (CAS) - órgão da Sociedade Americana de Química.

As Denominações Comuns Brasileiras são utilizadas em registros de medicamentos, rastreamento de insumos e prescrição médica, entre outros. A lista que está em vigor, a DCB 2004, é a sexta versão publicada, no Brasil - as anteriores foram divulgadas em 1981, 1983, 1993, 1996 e 2003.

A Anvisa pretende publicar atualizações mensais e, anualmente, uma versão impressa integral da lista. Qualquer profissional ou empresa da área da saúde pode contribuir para o aperfeiçoamento da DCB, solicitando a inclusão, alteração ou exclusão de denominações, de acordo com os procedimentos determinados pela agência.

O endereço permanente da lista pode ser encontrado no site da Anvisa (www.anvisa.gov.br) em "Áreas de Atuação" > "Medicamentos" > "Listas de Medicamentos" > "Denominações Comuns Brasileiras (DCB)"

Medicamentos Isentos de Prescrição: setor voltar a crescer

Os números divulgados pelo IMS Health, sobre o mercado de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), também conhecidos por OTC, demonstram que o segmento volta a crescer. Estimulada pelos resultados, a Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição (Abimip) vai sediar, entre 26 e 28 de outubro de 2005, a 2ª Conferência Latino-americana WSMI/ILAR.

O evento reunirá autoridades internacionais em legislação sanitária, entidades da área de saúde, órgãos de defesa do consumidor e profissionais da indústria farmacêutica. Eles vão discutir como alcançar uma regulamentação que facilite o desenvolvimento do setor, na América Latina.

A previsão da ABIMIP é de que o mercado de MIPs apresente crescimento de 5%, em 2005, descontada a reposição de preço em relação ao ano anterior, quando o setor mo-

vimentou 1,7 bilhão de dólares em valores (o equivalente a 4,9 bilhões de reais) e vendeu cerca de 480 milhões de unidades, o que corresponde a aproximadamente 30% do mercado farmacêutico total.

De acordo com o IMS Health, o segmento de MIPs foi impulsionado, no primeiro semestre de 2005, pelas categorias de medicamentos antigripais e analgésicos, com crescimento, respectivamente, de 20,1% e 17,3%, sendo que os produtos com maior destaque foram a Aspirina, da Bayer (35,8%); o Hipoglós, da Procter & Gamble (28%); e o analgésico Neosaldina, da Altana Pharma (17,9%). Dados de setembro de 2005.

A ABIMIP representa 29 empresas de origem nacional e internacional, fabricantes de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), que res-



pondem por cerca de 85% do mercado brasileiro, como Grupo Sanofi-Aventis, Bristol-Myers Squibb, Altana Pharma, GlaxoSmithKline, Procter & Gamble, Roche, Boehringer Ingelheim e Wyeth Consumer, entre outras. Em 2004, o mercado brasileiro de MIPs movimentou cerca de R\$ 4,9 bilhões, o equivalente a aproximadamente 30% do mercado farmacêutico total.

Informações para a imprensa da Hill & Knowlton. Telefones (11) 5503.2884 / (11) 5503.2860.

Governo investe em centros de pesquisa clínica



Os ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia vão investir, juntos, R\$ 29,2 milhões para viabilizar a construção e consolidação de 14 unidades de pesquisa clínica em hospitais de ensino, até 2007. Cada pasta será responsável pelo desembolso de 50% do valor total. O resultado da chamada pública que selecionou as instituições foi divulgado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O objetivo do investimento do Governo Federal é assegurar infra-estrutura para desenvolver pesquisas clínicas em temas que priorizem as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e criar a Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Hospitais de Ensino. Com a construção das unidades, o Ministério da Saúde avalia que será possível executar várias linhas de pesquisas, como novos medicamentos para tratar prioritariamente doenças consideradas negligenciadas, ou que despertam pouco interesse do

setor produtivo tradicional. A unidade de pesquisa clínica deve ser implementada num hospital de ensino devidamente certificado pelo Ministério da Saúde.

Cada uma das unidades estará capacitada a desenvolver todas as fases de ensaios clínicos de medicamentos, procedimentos, equipamentos e dispositivos para diagnóstico de doenças, contando com a participação de pacientes voluntários. Um comitê técnico - constituído pela administração da instituição onde será instalado e por representantes dos dois Ministérios - vai administrar os centros. Os recursos financeiros investidos serão destinados a instalações físicas e equipamentos básicos e à formação de recursos humanos essenciais.

"Acreditamos que o perfil adequado da pesquisa clínica brasileira vai exigir a recuperação da capacidade dos hospitais de ensino. Para isso, é importante incentivarmos a criação da infra-estrutura necessária", explica a diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, Suzanne Serruya. A lista completa com as instituições selecionadas pode ser acessada pelo endereço eletrônico www.saude.gov.br/scctie/decit.

Anfarmag apresenta Programa de Qualificação à Anvisa



Hugo Guedes,
Presidente da Anfarmag

O Presidente da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag), Hugo Guedes, reuniu-se no dia 23 de agosto, em Brasília, com os técnicos da área de inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Gerente Antonio Carlos Bezerra e o assessor Raimundo Camurça de Menezes, para apresentar o Programa de Qualificação de Farmácias Magistrais e Certificação em Controle e Garantia da Qualidade. O projeto é ambicioso e visa a atingir a totalidade das 5.800 farmácias de manipulação existentes, no País. Atualmente, a entidade congrega 2.054 empresas e 1.832 profissionais.

O projeto, de acordo com Guedes, prevê o estabelecimento de novos parâmetros de qualificação, com o objetivo de melhorar os serviços prestados pelo setor, beneficiando a sociedade. A entidade está em busca de parcerias, a exemplo do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para viabilizar o programa com uniformidade e monitoramento necessários.

Segundo o presidente da Anfarmag, o Programa propõe a padronização dos procedimentos de preparo dos medicamentos (farmacotécnicos), dos processos de gerenciamento, de produção e de qualidade dos produtos em toda a cadeia de farmácias de manipulação. Para o alcance dos resultados, a capacitação dos profissionais é um capítulo à parte. Um serviço de educação continuada contribuirá no desenvolvimento do potencial do farmacêutico magistral.

Brasil e Argentina vão produzir anti-retrovirais

O Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, e o Ministro da Saúde e Ambiente da Argentina, Ginés González García, assinaram, no dia 22 de agosto de 2005, em Buenos Aires (Argentina), protocolo de intenções para o estabelecimento de programa conjunto de pesquisa e produção de medicamentos considerados estratégicos para os dois países.

Entre os principais pontos do documento, estão a produção de matéria-prima e medicamentos anti-retrovirais, a troca de desenvolvimento tecnológico na questão de fármacos (os países compartilharão os conhecimentos que possuem em anti-retrovirais), a produção de matéria-prima para produção de medicamentos anti-tuberculose e a troca de informações sobre preços e ne-



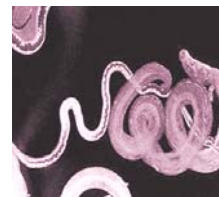
Foto: Luis Oliveira/MS

Ministro da Saúde, Saraiva Felipe

gociações conjuntas de medicamentos de alto custo.

A aproximação entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o órgão correspondente na Argentina (Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica) e entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Administração Nacional de Laboratórios e Instituto de Saúde Dr. Carlos G. Malbran (ANLIS) também está prevista no protocolo.

Tratamento contra asma pode usar vermes vivos



O uso de vermes vivos é capaz de curar asma em ratos. É o que mostra uma pesquisa apresentada no Festival de Ciência da Associação Britânica, em Dublin, capital da República da Irlanda. Padraic Fallon, do *Trinity College* de Dublin, autor da pesquisa, acredita que o uso de vermes pode induzir o sistema imunológico a se concentrar no combate dessa ameaça maior e deixar de lado as ameaças menores, que provocam as reações alérgicas.

A pesquisa ainda está em estágio inicial, mas a ideia de Fallon é utilizar as moléculas que provocam a resposta imunológica, extraídas dos vermes, para tratar e prevenir doenças. O pesquisador usou um verme de esquistossomose vivo nos ratos geneticamente modificados para desenvolver alergias facilmente e, como consequência, os ratos ficaram protegidos contra a asma.

Segundo Falon, alguns cientistas atribuem o aumento da incidência de asma e de outras alergias a mudanças significativas no estilo de vida da população, no último século. "Fatores, como a saída do campo para as cidades e a redução no tamanho das famílias, diminuem o nível de exposição dos indivíduos a elementos patogênicos, como vírus e bactérias, permitindo que o sistema imunológico reaja a ameaças menores", explica.

Fonte: BBC Brasil http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050902_alergiasrw.shtml

Medicamentos: matéria-prima será melhor controlada

O controle da qualidade dos insumos farmacêuticos será acompanhado mais de perto pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A Agência criou o Programa de Insumos Farmacêuticos Ativos (RDC 250/05) para garantir que a matéria-prima dos medicamentos consumidos, no Brasil, seja fiscalizada.

De acordo com o Diretor da Anvisa, farmacêutico Victor Hugo Travassos, o programa é inédito, no Brasil. "Há poucos anos, o máximo que se fazia, no País, era a fiscalização do medicamento já pronto", lembra o Diretor. O Programa de Insumos Farmacêuticos Ativos prevê uma série de ações, como o controle da



Farmacêutico Victor Hugo Travassos, Diretor da Anvisa

entrada desses produtos, no País, a inspeção na indústria e a revisão da legislação do setor. Algumas iniciativas já estão em andamento. É o caso do cadastramento de todas as empresas que fracionam, importam, ou fabricam insumos, no Brasil.

Os insumos farmacêuticos representam o início da cadeia produtiva da indústria farmacêutica. Por essa razão, o controle desses produtos é fundamental. A qualidade das matérias-primas usadas para fabricar medicamentos pode ser a diferença entre um produto eficiente ou não.

Dados - 11ª é a posição do Brasil no mercado farmacêutico mundial; 661 é o número de empresas que atuam no país com fracionamento, importação e produção de insumos; 80% dos insumos utilizados pela indústria farmacêutica são importados.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Anvisa (imprensa@anvisa.gov.br)

Programa Dose Certa comemora dez anos com inauguração de mais farmácias



A inauguração da 11ª unidade da Farmácia Dose Certa, na região central da capital paulista, em setembro, marcou a comemoração dos dez anos do "Programa Dose Certa" e, também, o primeiro ano das farmácias de mesmo nome. O projeto implantou dez pontos de distribuição de medicamentos, em estações do

metrô, e a expectativa do Secretário de Estado da Saúde de São Paulo, Luiz Roberto Barradas Barata, é que, até o fim do ano, mais dez novos estabelecimentos sejam entregues à população, totalizando 20 unidades.

Barradas Barata explica que o projeto tem o objetivo de facilitar a distribuição gratuita de medicamen-

tos à população. "As farmácias que serão inauguradas, neste ano, também estarão em locais estratégicos, de fácil acesso, como estações de trem e unidades de saúde estaduais", diz.

Durante esse primeiro ano de implantação das Farmácias Dose Certa, foram fornecidos, gratuitamente, cerca de 23 milhões de unidades de medicamentos, divididos em 40 tipos de básicos, como anti-hipertensivos, analgésicos, antitérmicos, antibióticos, xaropes, anti-inflamatórios e pomadas, distribuídos para os 645 Municípios do Estado. Desde 1995, quando o Programa Dose Certa foi lançado, já foram produzidos e distribuídos, pela Fundação para o Remédio Popular (Furp), cerca de 8,6 bilhões de unidades, o equivalente a R\$ 600 milhões.

Fonte: DCI http://www.dci.com.br/usexibir_integra.asp?pXML=txt/2005/09/13/21411039